2 — Os atos praticados no exercício dos poderes subdelegados no presente despacho e que envolvam a assunção de encargos devem ser precedidos de prévio cabimento da correspondente despesa, a efetuar pelo Departamento de Auditoria e Controlo de Gestão, e dar cumprimento às demais regras que no caso concreto devam ser observadas, designadamente as relativas à realização da despesa e à execução orçamental.

3 — Os atos praticados no exercício dos poderes ora subdelegados devem ser dados a conhecer à Diretora Coordenadora da Direção de Apoio à Venda, Eng.ª Lúcia Maria Alves Guedes Monteiro mensalmente.

4 — O presente Despacho produz efeitos imediatos, ficando ainda ratificados todos os atos que, no âmbito das competências ora subdelegadas, tenham sido praticados desde 19 de fevereiro de 2016.

4 de julho de 2016. — A Vice-Presidente do Conselho Diretivo, *Maria Teresa Rodrigues Monteiro*.

209706825

AMBIENTE**Secretaria-Geral****Aviso n.º 8638/2016**

Em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e no n.º 2, do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, com efeitos a 1 de julho de 2016, determinei a consolidação da mobilidade na categoria de assistente técnico do mapa de pessoal desta Secretaria-Geral, da trabalhadora a seguir identificada, ao abrigo do disposto no artigo 99.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, aprovada pela Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, tendo sido celebrado o respetivo contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado:

Nome	Carreira	Posição remuneratória	Nível remuneratório	Data da produção de efeitos	Anterior serviço de origem
Maria Laura Gaiozinho Serra Candeias . . .	Assistente técnico. . .	Entre 8.ª e 9.ª	Entre 13 e 14	01-07-2016	Gabinete de Planeamento, Políticas e Administração Geral.

27 de junho de 2016. — A Secretária-Geral, *Alexandra Carvalho*.

209701608

Agência Portuguesa do Ambiente, I. P.**Despacho n.º 8874/2016**

Nos termos do disposto na alínea *b*) do n.º 1 e do n.º 2 do artigo 4.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, torna-se público que, na sequência do despacho do Vice-Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P. de 31 de março de 2016, se procedeu à consolidação definitiva da mobilidade interna, na categoria, no mapa de pessoal da Agência Portuguesa do Ambiente, I. P., da Técnica Superior Ana Sofia Henriques Nunes, ao abrigo do disposto no artigo 99.º do Anexo à referida Lei, tendo sido celebrado contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, ficando posicionada na 2.ª posição remuneratória e no nível remuneratório 15, da tabela remuneratória única aprovada pela Portaria n.º 1553-C/2008, de 31 de dezembro, com efeitos a partir de 20 de junho de 2016.

1 de julho de 2016. — O Presidente do Conselho Diretivo da APA, I. P., *Nuno Lacasta*.

209705537

seja atribuído nível de remuneração correspondente ao de cargo de direção intermédia de 1.º grau, com efeitos a 26 de novembro de 2015.

26 de novembro de 2015. — O Presidente da Comissão Diretiva, *Abel Mascarenhas*.

209703699

AMBIENTE E AGRICULTURA, FLORESTAS E DESENVOLVIMENTO RURAL**Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P.****Deliberação (extrato) n.º 1094/2016**

Considerando que:

Em 1 de julho de 2012 entrou em vigor o Decreto-Lei n.º 135/2012, de 29 de junho, que aprovou a Lei Orgânica do Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas, I. P., tendo os seus estatutos sido aprovados pela Portaria n.º 353/2012, de 1 de outubro, e ainda criadas as unidades flexíveis pela deliberação n.º 287/2013, publicada no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 23, de 1 de fevereiro, e pela deliberação n.º 1122/2013, alterada pela deliberação n.º 1124/2013, ambas publicadas no *Diário da República*, 2.ª série, N.º 97, de 21 de maio;

É necessário nomear o dirigente da Divisão de Contratação e Logística, do Departamento Administrativo e Financeiro, por forma a assegurar o regular funcionamento dos serviços;

A Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, na sua redação atual, estabelece que o exercício de cargos dirigentes pode ser exercido, em regime de substituição, nos casos de vacatura de lugar;

Assim, ao abrigo do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 3/2004, de 15 de janeiro, e no artigo 27.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de janeiro, ambas na sua redação atual, o Conselho Diretivo deliberou em 7 de março de 2016, por unanimidade, nomear, no cargo de chefe da Divisão de Contratação e Logística, do Departamento Administrativo e Financeiro, em regime de substituição, por urgente conveniência de serviço e com efeitos reportados a 15 de março de 2016, o licenciado João André Matias Sebastião Lucas, técnico superior do mapa de pessoal da Comissão Nacional de Eleições, o qual reúne os requisitos legais e é detentor de aptidão técnica para o exercício de funções de direção e de coordenação, conforme resulta da sinopse curricular em anexo.

6 de abril de 2016. — O Vogal do Conselho Diretivo, *Paulo Salsa*.

Sinopse curricular

I — Dados biográficos

João André Matias Sebastião Lucas

Data de Nascimento: 23 de novembro de 1980

Direção-Geral do Território**Aviso n.º 8639/2016**

Nos termos do disposto nos n.ºs 1 e 6 do artigo 35.º do Regulamento do Cadastro Predial, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 172/95, de 18 de julho, e no exercício dos poderes delegados através do Despacho n.º 2282/2016, torna-se público que por despacho da Subdiretora-Geral do Território, datado de 2016-05-16, foi a empresa TOPHL — Estudos Topográficos, Unipessoal, L.ª, autorizada a exercer atividades no domínio do cadastro predial. A presente autorização, válida até 16 de maio de 2021, é titulada pelo Alvará n.º 01/2016.

31 de maio de 2016. — A Subdiretora-Geral, *Ana Cristina Bordalo*.

209706841

Estrutura de Gestão do IFRRU 2020 — Instrumento Financeiro para a Reabilitação e Revitalização Urbanas Administração Central**Despacho n.º 8875/2016**

Tendo em conta que, nos termos do n.º 3 da Resolução de Conselho de Ministros n.º 52-A/2015, de 23 de julho, a técnica superior Teresa Sofia Rodrigues Louzada Mouro Ferreira Gundersen Marques foi designada coordenadora de projeto conforme deliberação da Comissão Diretiva da Estrutura de Gestão do IFRRU 2020, de 26 de novembro de 2015, e considerando a faculdade que me é cometida pelo n.º 9 da mesma Resolução, e tendo presentes as responsabilidades e funções de especial complexidade que lhe foram cometidas, determino que à mesma